

MAPA DA VIOLÊNCIA E ACESSO À JUSTIÇA: MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA EM LIVRAMENTO

Mirencu Maitena dos Santos Rivas ¹

Júlia Sleifer Alonso ²

Laila Rava Salvadora Santos ³

Anayara Fantinel Pedroso ⁴

Francielen Medianeira Batista Toniolo ⁵

Vanessa Dorneles Schinke ⁶

Resumo:

O presente trabalho busca apresentar os resultados parciais obtidos no projeto de extensão "Mapa da violência e acesso à justiça: mulheres em situação de violência em Santana do Livramento". Este projeto será realizado em um período de dois anos (2017-2018) e tem como principal objetivo analisar as desigualdades de gênero no município de Santana do Livramento e a forma pela qual o sistema de justiça criminal atua no que se refere ao combate à violência contra a mulher. Na primeira metade do projeto, período no qual se encontra, estão sendo analisados os bancos de dados da Polícia Civil de Santana do Livramento. Através da análise dessas ocorrências, é possível identificar os perfis das vítimas e dos agressores, bem como das regiões do município que possuem maior índice de violência contra a mulher. Com essas informações será feito um mapa da violência contra a mulher, que transmitirá, através de uma linguagem visual, os resultados obtidos na coleta de dados. Após a confecção do mapa, as extensionistas verificarão qual o bairro onde existe maior número de ocorrências referentes a violência de gênero e farão incursões na localidade, bem como desenvolverão atividades de conscientização e de prevenção à violência de gênero na Universidade Federal do Pampa - Campus Santana do Livramento. Até o momento, foram analisados mais de mil registros públicos, nos quais se percebe que a maioria das vítimas tem idade entre 16 e 24 anos e possui apenas ensino fundamental. Lesões corporais e ameaças são os crimes com maior número de registros entre os crimes analisados. Constatou-se, ainda, que os agentes públicos não tem formação técnica apropriada sobre justiça de gênero que os capacitem para o acolhimento das vítimas, as quais sequer são atendidas em locais reservados. O município não conta com uma casa de acolhimento às vítimas e seus filhos, haja vista que, nos casos de coabitação, correm risco de sofrer novas violências se mantida a convivência com os agressores. Ademais, não existe comunicação entre os bancos de dados das instituições do sistema de justiça criminal, o que dificulta a criação de políticas públicas sobre justiça de gênero. Verificou-se, também, que não existe um mapeamento indicando os pontos da cidade com maior índice de violência contra a mulher. O projeto vem contribuindo para divulgar o tema de justiça de gênero nas instituições públicas, nos grupos vulneráveis e entre os discentes, para que possam, assim, aproximarem-se criticamente da realidade local e refletir sobre o acesso à justiça, a seletividade do sistema de justiça e a justiça de gênero, formando, assim, tanto cidadãos, quanto futuros profissionais comprometidos socialmente e aptos a intervir na realidade social.

Palavras-chave: Violência, Acesso à Justiça, Gênero, Comunidades Vulneráveis

Modalidade de Participação: Iniciação Científica

MAPA DA VIOLÊNCIA E ACESSO À JUSTIÇA: MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA EM LIVRAMENTO

¹ Aluno de graduação. maitenarivas17@gmail.com. Autor principal

² Aluno de graduação. juliasleiferalonso@gmail.com. Co-autor

³ Aluno de graduação. lailarava@icloud.com. Co-autor

⁴ Aluno de graduação. anayaraftp@yahoo.com.br. Co-autor

⁵ Aluno de graduação. ftoniolo09@gmail.com. Co-autor

⁶ Docente. vanessaschinke@unipampa.edu.br. Orientador



MAPA DA VIOLÊNCIA E ACESSO À JUSTIÇA: MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA EM SANTANA DO LIVRAMENTO

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca apresentar os resultados parciais obtidos no primeiro ano do projeto de extensão “Mapa da violência e acesso à justiça: mulheres em situação de violência em Santana do Livramento”. Este projeto, por sua vez, tem como primeiro objetivo analisar as desigualdades de gênero no município de Santana do Livramento, identificando a forma pelas quais as instituições do sistema de justiça criminal trabalham para combater a violência contra a mulher.

O projeto que será realizado em um período de dois anos (2017-2018). Na primeira metade, período no qual se encontra atualmente, estão sendo analisados os bancos de dados da Polícia Civil de Santana do Livramento. Através de diversos filtros selecionados através de uma revisão bibliográfica, a equipe de extensão está registrando informações dos registros de ocorrências referentes aos crimes de lesão corporal, ameaça, feminicídio, crimes contra a honra, crimes sexuais, descumprimento de medidas protetivas e vias de fato. Através da análise dessas ocorrências, é possível identificar os perfis das vítimas e dos agressores, bem como das regiões do município que possuem maior índice de notificações de violência contra a mulher.

Após a coleta desses dados, será desenvolvido um mapa da cidade identificando as regiões com maiores índices de violência, traduzindo as informações coletadas para uma linguagem visual, a fim de divulgar as informações obtidas durante a execução do projeto para a comunidade. Vale ressaltar que esses dados poderão servir de apoio para o desenvolvimento de políticas públicas locais, como também para corrigir procedimentos inadequados das próprias instituições do sistema de justiça criminal. Dessa forma, o projeto é um instrumento potencial de colaboração para o desenvolvimento de novos métodos de atuação em relação ao combate à violência de gênero.

Na segunda fase do projeto, em 2018, as extensionistas farão incursões nas localidades de Santana do Livramento com maior índice de violência contra mulher e farão atividades de conscientização e de prevenção à violência de gênero na Universidade Federal do Pampa – Campus Santana do Livramento.

2. METODOLOGIA

O projeto de extensão vale-se de uma revisão bibliográfica, a fim de identificar os filtros utilizados na coleta de dados, e de uma estratégia empírica de pesquisa em direito, com a sistematização qualitativa dos dados através do Programa N-Vivo.

3. RESULTADOS e DISCUSSÃO

Nos sete primeiros meses de execução do projeto de extensão foram analisados mais de mil registros públicos da Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento (DPPA) do município de Santana do Livramento. Esses registros são referentes ao período de 01/01/2017 à 30/06/2017.

Percebeu-se que a maioria das vítimas possui apenas ensino fundamental e tem idade entre dezesseis e vinte e quatro anos. Entre as agressões como maior número de registros encontram-se ameaça e lesões corporais. Conforme a descrição dos fatos, feitas pelos agentes de polícia, percebe-se que, em regra, as vítimas, em um primeiro momento, não desejam representar criminalmente, acreditando que o agressor não repetirá a agressão. Posteriormente, todavia, depois quando se sentem agredidas novamente, dão início ao processo e solicitam as medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha, as quais, por sua vez, são majoritariamente indeferidas pelo judiciário.

Constatou-se, ainda, que o aparato público não possui instalações adequadas para que as mulheres vítimas de violência sejam devidamente atendidas, bem como que os agentes públicos não possuem uma formação técnica sobre justiça de gênero apropriada para acolher as vítimas. Ademais, as vítimas não são, necessariamente, atendidas por agentes mulheres, o que resulta em um maior constrangimento da vítima. Na mesma linha, o município não possui casa de acolhimento, o que faz com que as mulheres vítimas de violência não tenham para onde ir, haja vista que, nos casos que envolvem coabitação, correm perigo quando permanecem próximas dos agressores.

Além disso, a equipe de extensionistas percebeu que não existe comunicação entre os bancos de dados das instituições do sistema de justiça criminal. Esses bancos de dados, muitas vezes, são incompletos ou não possuem informações adequadas para formulação de políticas públicas sobre justiça de gênero, nem para a correção da atuação do sistema de justiça na condução desses casos. Verificou-se, também, que não existe um mapeamento indicando os pontos da cidade com maior índice de violência contra a mulher.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A execução do projeto está contribuindo para a difusão da temática sobre justiça de gênero nos grupos vulneráveis afetados e nas instituições públicas. Ademais, o projeto possibilita que os discentes reflitam criticamente sobre o acesso à justiça, a seletividade do sistema de justiça criminal e a justiça de gênero, o que contribui, sobremaneira, para a formação de cidadãos comprometidos socialmente, aptos a intervir na realidade.

5. REFERÊNCIAS

BERNARDES, Márcia Nina; ALBUQUERQUE, Mariana Imbelloni Braga. Violências interseccionais silenciadas em Medidas Protetivas de Urgência. In: Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, vol. 07, n. 15, 2016, p. 715-740.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Assuntos Legislativos. BRAGA, Ana Gabriela; ANGOTTI, Bruna (Coords.). Dar à luz na sombra: condições atuais e

possibilidades futuras para o exercício da maternidade por mulheres em situação de prisão. Brasília: Ministério da Justiça, IPEA, 2015.

LINHARES, Leila; PITANGUY, Jacqueline. (Coords.). Violência Contra a Mulher e Acesso à Justiça. Estudo comparativo sobre a aplicação da Lei Maria da Penha em cinco capitais. Relatório Final. São Paulo: CEPIA, 2013.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Mulheres, políticas de drogas e encarceramento: um guia para a reforma em políticas na América Latina e no Caribe. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus 124.306/RJ. Relator Min. Marco Aurélio. Voto Vista Min. Luís Roberto Barroso.

MACHADO, Marta Rodriguez de Assis. Violência doméstica fatal: o problema do feminicídio íntimo no Brasil. Ministério da Justiça: Brasília, 2015